

CARTA-CONSULTA SEAIN - PROFISCO II

1. MARCO DE REFERÊNCIA

1.1. MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO

1.1.1. Aspectos Gerais do Estado

O espaço territorial do Ceará ocupa uma área de 148.920,538 km², o que corresponde a 9,57% do território nordestino e 1,74% do território brasileiro. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com o estado de Pernambuco, ao leste com o Rio Grande do Norte e a Paraíba, e a oeste com o estado do Piauí. O estado possui 184 municípios e uma população de 8.452.381 habitantes, sendo sua densidade demográfica de 56,7 hab/km² e o crescimento populacional de 1,3% ao ano, de acordo com a contagem populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010. É o terceiro estado mais populoso do Nordeste e o oitavo do Brasil.

A população cearense está assim caracterizada: 75% do total de habitantes do estado residem em áreas urbanas e 25% desse total em áreas da zona rural. Aproximadamente 99% da população urbana possui acesso à energia elétrica em suas residências. Em torno de 23% dos cearenses têm idade entre 0 e 14 anos, enquanto 67% está entre os 15 e os 64 anos de idade e a população com 65 anos ou mais equivale a 10% dos cearenses, constituindo a maior população idosa do Nordeste e a terceira maior do Brasil. (Dados do IBGE).

O Produto Interno Bruto – PIB anual do Ceará vem apresentando variações positivas acima da média nacional desde 2008 até os últimos levantamentos. Em 2014 o PIB Brasil apresentou crescimento de 0,10% e o PIB Ceará de 4,36%. Para 2016, a previsão do Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará - IPECE é de que esse resultado se mantenha. Segundo o Banco Central¹, para 2016 o PIB Brasil tem uma previsão de queda de 3,49% e o PIB Ceará uma variação negativa de 3,17%. O Ceará é um dos estados da região Nordeste que apresentou crescimento na participação do PIB Nacional, passando de 2% nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 para uma participação de 2,2% em 2014, de acordo com dados do IBGE. A previsão para 2017, apresentada pelo IPECE é que essa participação seja ainda um pouco maior, em torno de 2,3%.

Dados do IBGE informam que o PIB *per capita* brasileiro em 2014 foi de R\$ 28.500,24 e do Ceará de R\$ 14.255,05 representando 50% do PIB *per capita* nacional, estando na 5a. posição de menores PIB *per capita* no Brasil. Vale salientar que devido ao crescimento de sua participação no PIB Brasil, o Ceará vem diminuindo sua distância para o PIB *per capita* Nacional. Projeções do IPECE para 2017, apresentam o PIB *per capita* Brasil de R\$

¹ Estimativa apresentada no relatório FOCUS do Banco Central do Brasil em 23/12/2016

31.267 e do Ceará de R\$ 16.753, representando aproximadamente 53% do PIB *per capita* do Brasil.

A base da economia cearense está representada prioritariamente pelos setores agropecuário, indústria e serviços, sendo este último o de maior participação. O setor agropecuário está representado significativamente pelas atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. A participação desse setor no valor adicionado, a preços básicos, foi de 6,5%, 4,7% e 5,2%, nos anos de 2011, 2012 e 2013, respectivamente. As principais atividades do setor industrial são: indústrias extrativas, de transformação, eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e construção. A participação desse setor no valor adicionado, a preços básicos, foi de 21,3%, 21,2% e 20,5%, nos anos, já citados, de 2011, 2012 e 2013. O setor serviços é composto notadamente pelas áreas do comércio; alojamento e alimentação; transportes; serviços de informação; intermediação financeira; atividades imobiliárias; e administração pública. Os percentuais de 72,2%, 74,1% e 74,4% foram as participações no valor adicionado a preços básicos, do conjunto das atividades econômicas de serviços, no período de 2011 a 2013.

1.1.2. Situação Fiscal do Estado

Um conjunto de informações macroeconômicas abrangendo o ambiente interno e externo da economia, cujos reflexos interferem diretamente no contexto das finanças públicas do Estado do Ceará, torna-se necessário para que se possa entender e avaliar as ações desenvolvidas na área financeira do Estado no triênio 2014 - 2016. Esse período foi marcado por uma grave crise econômica nacional, com grandes quedas no PIB, aumento no desemprego e altos índices inflacionários. Apesar desse contexto de desafios, grandes avanços foram conquistados em prol de melhoria das condições de vida da população cearense. Foram firmadas parcerias, estabelecidos alvos e metas, vencidos obstáculos, de forma a consolidar uma estrutura institucional e aperfeiçoar o ambiente de boa governança, necessário ao pleno desenvolvimento do Estado.

Quando se trata de gestão do orçamento público, ou seja, a forma como são alocados os recursos públicos pelo Estado, a principal preocupação é se evitar gastar além do que se arrecada. Quando esse equilíbrio é quebrado, as contas públicas apresentam déficits. O déficit decorre da incapacidade de geração de poupança pública, o que remete a uma elevação do nível de endividamento ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que se procura manter o nível de investimentos no patamar definido como adequado. O Governo Estadual vem se notabilizando pela adoção de uma política fiscal responsável e eficiente, alicerçada pela poupança gerada aliada à capacidade adquirida de captar recursos junto a instituições financeiras nacionais e internacionais. A análise da execução orçamentária não deve ser realizada pontualmente, ano a ano, principalmente porque nos cálculos do resultado primário as despesas feitas com a utilização do superávit financeiro são consideradas.

Desta forma, os números apresentados a seguir refletem a excelência da gestão fiscal desempenhada pelo Governo do Estado do Ceará. Todos os limites impostos pela LRF foram cumpridos de forma notória, incluindo em áreas onde a maioria das unidades da federação apresentam grandes dificuldades, como Despesa com Pessoal e Endividamento. Os valores apresentados no PAF, por sua vez, também apresentam resultados significativos.

No ano de 2016, o Estado cumpriu o que estabelece o art.19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, de não exceder 48,60% da receita corrente líquida (RCL) com despesa de pessoal e encargos, tendo comprometido 40,71%. É importante perceber que o Ceará vem reduzindo esta relação ao longo dos anos, permitindo um equilíbrio de suas contas e possibilitando ser um dos únicos entes federados que tem conseguido pagar sua folha e 13º salário rigorosamente em dia.

A estratégia principal para alcançar o objetivo de manutenção do endividamento público saudável é a geração de resultados primários positivos suficientes para a estabilização da dívida financeira e compatíveis com o nível de investimento necessário para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

O conceito de resultado primário adotado no âmbito do PAF é diferente do da LRF. Naquele, o resultado é correspondente à diferença entre receita primária líquida da Administração Direta e suas despesas empenhadas não financeiras. No que diz respeito a LRF são consideradas todas as receitas e despesas primárias da Administração Direta e Indireta. Por essa metodologia o Estado do Ceará obteve em 2016 um superávit de R\$ 1.817,66 milhões. O resultado primário baseado na metodologia do PAF de janeiro a dezembro 2016 deverá ser em torno de R\$ 70 milhões positivos, tendo em vista as ações de redução de custeio realizadas no ano de 2016. O Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na busca de redução de seu passivo, baseada no efetivo pagamento de juros e amortizações e na realização de amortizações extraordinárias. O Estado tem buscado uma redução contínua da relação Dívida Consolidada Líquida/RCL nos últimos cinco anos, atingindo o patamar de 0,42 em 2016, posicionando-se entre os mais baixos da federação e bem abaixo do limite de endividamento que é de 2,00 vezes a RCL, que considera o conceito de dívida consolidada líquida, da qual exclui os haveres financeiros conforme determina a Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal.

LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Valores em R\$ milhares correntes

RUBRICAS	LIMITE LEGAL % RCL	2014		2015		2016	
		VALOR	% RCL	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Despesa com Pessoal	60,00%	7.693.440	53,36%	8.494.444	55,97%	8.864.583	49,71%
Executivo	48,60%	6.357.616	44,09%	6.970.865	45,93%	7.258.819	40,71%
Legislativo	3,40%	337.271	2,34%	379.167	2,50%	398.516	2,23%
Assembleia Legislativa	2,34%	222.136	1,54%	242.107	1,60%	256.305	1,44%
TCE	0,44%	50.610	0,35%	57.519	0,38%	58.562	0,33%
TCM	0,62%	64.525	0,45%	79.541	0,52%	83.650	0,47%
Judiciário	6,00%	768.140	5,33%	859.250	5,66%	913.866	5,12%
Ministério Público	2,00%	230.413	1,60%	285.162	1,88%	293.381	1,65%
Dívida Consolidada Líquida	200,00%	6.084.983	42,20%	9.535.432	62,83%	7.775.618	43,61%
Total das Garantias	22,00%	870.955	6,04%	940.560	6,20%	814.721	4,57%
Receita de Operações de Crédito	16,00%	1.633.747	11,33%	1.539.757	10,15%	1.109.696	6,22%
Serviços da Dívida (1)	11,50%	830.202	5,76%	1.103.908	7,27%	1.292.853	7,25%
RCL no Exercício Fiscal (Montante)		14.418.478		15.176.417		17.831.937	

Fonte:

http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/financas_publicas/gerados/lrf.asp
<http://www.al.ce.gov.br/index.php/portal-da-transparencia/gestao-fiscal>
<http://www.tjce.jus.br/transparencia/servicos-relatorio-gestao-fiscal/>
<http://www.mpce.mp.br/portal-da-transparencia/execucao-orcamentaria/limite-de-gastos-com-pessoas-relatorio-de-gestao-fiscal/>
<http://www.tce.ce.gov.br/orcamento/gestao-fiscal>
http://www.tcm.ce.gov.br/s131/index.php/gestao_fiscal

Notas:

(1) - Somatório dos seguintes itens do Demonstrativo do Resultado Primário do Relatório de Gestão Fiscal: Juros e Encargos da Dívida + Amortização da Dívida

R\$ 1.000

Demonstrativo do Resultado Primário - LRF

Ano	Previsto	Realizado	Variação Nominal	% Realizado / Meta
2014	347.763	455.335	107.572	131%
2015	452.740	460.811	8.071	102%
2016	480.464	1.817.662	1.337.198	378%

Fonte: SEFAZ-S2GPR/SMART

Programa de reestruturação e ajuste fiscal (PAF)—Metas fiscais e resultados

	(1)	2013	2014	2015
Dívida Financeira / RLR (%)	Meta	100%	100%	100%
	Resultado	56%	64%	77%
Resultado primário (R\$ milhões)	Meta	(482)	(306)	(513)
	Resultado	(141)	(1.584)	(949)
Despesas com pessoal / RCL (%)	Meta	60,00%	60,00%	60,00%
	Resultado	49,52%	49,68%	55,42%
Receitas de arrecadação própria (R\$ milhões)	Meta	9.152	10.025	10.823
	Resultado	9.747	10.648	11.008
Investimentos/ RCL (%)	Meta	18,62%	15,94%	14,24%
	Resultado	14,09%	21,23%	14,30%

FONTE: PAF - Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal

Notas:

(1) - Meta constante no relatório da revisão do programa do ano corrente da meta.

Receitas

Em relação às receitas, o Estado do Ceará também tem apresentado resultados consistentes, com crescimento significativo na sua Receita Tributária.

No cômputo das receitas correntes, é importante destacar a arrecadação do ICMS, principal fonte de recursos do Estado, que em 2016 totalizou a quantia de R\$ 8.861.990 mil, que corresponde nominalmente a um crescimento de 6,5%, em relação ao exercício anterior.

RECEITA TRIBUTÁRIA - 2014 a 2016 - VALORES CORRENTES - R\$ 1.000				
	2014	2015	2016	TOTAL
IMPOSTOS	9.265.443	9.799.262	10.901.806	29.966.510
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	518.381	580.993	624.569	1.723.943
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	732.949	832.251	894.931	2.460.132
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	7.968.178	8.324.707	8.861.990	25.154.875
Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - ITCMD	45.935	61.311	520.315	627.560
TAXAS	394.020	425.922	721.949	1.541.890
RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL	9.659.462	10.225.183	11.623.754	31.508.400

Fonte: S2GPR / SMART

RECEITA DA DÍVIDA ATIVA - 2014 a 2016 - VALORES CORRENTES - R\$ 1.000				
	2014	2015	2016	TOTAL
Receita da Dívida Ativa - Outras Receitas Correntes	0	7	128	135
Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	9	67	63	139
Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	5.287	4.648	4.332	14.267
Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	41.796	46.148	27.180	115.123
Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - ITCMD	2954	3.320	1.371	7.645
Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	3.599	6.915	3.862	14.377
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	53.645	61.104	36.937	151.686

Fonte: S2GPR / SMART

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - 2014 a 2016 - VALORES CORRENTES - R\$ 1.000				
	2014	2015	2016	TOTAL
RECEITA INTERGOVERNAMENTAIS	6.248.580	6.584.221	7.439.874	20.272.675
Outras Transferências da União	25.009	12.238	28.082	65.329
Participação na Receita da União	4.296.650	4.539.735	5.148.100	13.984.485
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	4.227	16.461	45.449	66.137
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	5.327.154	5.604.080	6.345.216	17.276.450
Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro	0	0	1	1
Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	30.733	46.923	30.536	108.193
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - FPE	-1.065.431	-1.120.816	-1.269.043	-3.455.290
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPI Exportação	-4.610	-7.038	-4.580	-16.229
FEX - Auxílio Financeiro para Fomento Exportações	4.577	125	521	5.223
Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	40.590	29.370	23.910	93.869
Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.272	1.287	1.766	4.325
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	21.882	16.554	12.923	51.359
Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	10.498	6.997	5.603	23.098
Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	6.937	4.533	3.617	15.087
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	416.015	469.557	589.025	1.474.597
Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	19.057	19.057	19.057	57.171
Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e	322.039	389.503	401.635	791.138
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	994.359	993.076	1.088.664	3.076.099
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.969	2.159	2.599	6.728
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	85.011	87.179	87.948	260.138
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	47.881	42.347	50.853	141.081
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	138.208	84.404	117.161	339.774
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	6.667	8.176	12.509	27.352
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	1.167	465	1.123	2.756
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - TOTAL	6.394.623	6.677.266	7.570.667	20.642.556

Fonte: S2GPR / SMART

RECEITAS DE CAPITAL - 2014 a 2016 - VALORES CORRENTES - R\$ 1.000				
	2014	2015	2016	TOTAL
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	45.960	11.247	31	57.237
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.633.747	1.539.757	1.109.696	4.283.200
ALIENAÇÃO DE BENS	5.956	4.337	4.002	14.295
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	831.649	373.862	638.501	1.844.012
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1	0	0	1
RECEITAS DE CAPITAL - TOTAL	2.517.312	1.929.202	1.752.230	6.198.744

Fonte: S2GPR / SMART

Despesas

As despesas executadas pelo Governo do Estado do Ceará se mantiveram controladas, tendo o foco maior na realização de investimentos estruturantes que possibilitem o desenvolvimento sustentável do Estado. Nas despesas de capital no exercício de 2016, o grupo investimentos constitui o maior destaque, R\$ 2.172 milhões. O Estado do Ceará está no rol dos estados com os maiores níveis de investimento. Em relação à RCL, o volume de investimentos ocupou a primeira posição em 2015 e provavelmente manterá esta posição no exercício de 2016. Vale ressaltar ainda que a política de investimentos está sendo feita sem comprometer o nível de endividamento do Estado.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - 2014 a 2016 - VALORES CORRENTES - R\$ 1.000				
	2014	2015	2016 TOTAL	
DESPESAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	24.313.261.681,42	20.523.364.828,27	22.084.810.927,51	66.921.437.437,20
DESPESAS CORRENTES	16.928.814.688,87	17.303.570.923,23	18.835.009.035,19	53.067.394.647,29
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.451.260.333,18	9.091.776.726,51	9.522.844.731,86	27.065.881.791,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	303.763.891,17	414.556.094,18	446.076.327,02	1.164.396.312,37
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.173.790.464,52	7.797.238.102,54	8.866.087.976,31	24.837.116.543,37
TRANSF. A MUNICÍPIOS	2.594.492.668,00	2.703.962.149,52	2.861.888.467,56	8.160.343.285,08
DEMAIS DESP. CORRENTES	5.579.297.796,52	5.093.275.953,02	6.004.199.508,75	16.676.773.258,29
DESPESAS DE CAPITAL	7.382.121.713,55	3.219.793.905,04	3.249.801.892,32	13.851.717.510,91
INVESTIMENTOS	6.358.797.456,56	2.411.096.170,53	2.171.504.836,23	10.941.398.463,32
INVERSÕES FINANCEIRAS	484.804.514,91	119.345.616,43	231.520.004,19	835.670.135,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	538.519.742,08	689.352.118,08	846.777.051,90	2.074.648.912,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.325.279,00	0	0	2.325.279,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.325.279,00	0	0	2.325.279,00
DESPESAS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	958.495.943,80	984.770.099,27	1.182.104.831,08	3.125.370.874,15
DESPESAS CORRENTES	956.946.166,66	984.379.329,70	1.181.043.808,16	3.122.369.304,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	824.951.262,87	905.872.209,67	931.914.064,25	2.662.737.536,79
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	131.994.903,79	78.507.120,03	249.129.743,91	459.631.767,73
DESPESAS DE CAPITAL	1.549.777,14	390.769,57	1.061.022,92	3.001.569,63
INVESTIMENTOS	1.549.777,14	390.769,57	1.061.022,92	3.001.569,63
TOTAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS(X) =(VIII+IX)	25.271.757.625,22	21.508.134.927,54	23.266.915.758,59	70.046.808.311,35

Fonte: Balanço Orçamentário

INVESTIMENTOS - FONTE E FUNÇÃO - 2014 a 2016 - VALORES CORRENTES - R\$ 1000

GRUPO	G.FONTE	FUNÇÃO	2014	2015	2016
INVESTIMENTOS			3.475.765	2.411.487	2.172.566
	OUTRAS FONTES		2.440.306	1.904.431	1.620.194
		ADMINISTRAÇÃO	77.839	33.669	73.820
		AGRICULTURA	237.870	200.887	111.645
		ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.747	13.059	14.662
		CIÊNCIA E TECNOLOGIA	82.957	8.588	12.184
		COMÉRCIO E SERVIÇOS	37.323	17.330	12.431
		COMUNICAÇÕES	1.557	1.765	793
		CULTURA	12.408	1.422	1.540
		DESPORTO E LAZER	175.105	21.698	15.865
		DIREITOS DA CIDADANIA	3.948	15.319	8.034
		EDUCAÇÃO	146.450	45.011	66.375
		ENERGIA	14.077		
		ESSENCIAL À JUSTIÇA	672	1.459	1.208
		GESTÃO AMBIENTAL	4.538	2.938	20.128
		HABITAÇÃO	121.078	53.123	20.844
		INDÚSTRIA	1.033	3.270	280
		JUDICIÁRIA	26.713	4.966	8.716
		LEGISLATIVA		1.493	1.785
		ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	50	55	499
		SANEAMENTO	366.234	235.776	329.749
		SAÚDE	53.726	22.120	32.877
		SEGURANÇA PÚBLICA	38.182	51.007	6.940
		TRABALHO	874	235	2.131
		TRANSPORTE	925.471	1.042.879	733.276
		URBANISMO	97.453	126.361	144.411
	TESOURO		866.626	424.841	552.372
		ADMINISTRAÇÃO	9.484	3.387	7.029
		AGRICULTURA	40.738	23.395	10.304
		ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.493	9.435	9.744
		CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.228	293	531
		COMÉRCIO E SERVIÇOS	28.926	1.406	4.189
		COMUNICAÇÕES	1.196	34	288
		CULTURA	5.982	6.402	7.227
		DESPORTO E LAZER	5.462	14.700	9.549
		DIREITOS DA CIDADANIA	18.202	9.871	35.608
		EDUCAÇÃO	93.892	32.239	53.182
		ENERGIA	2.411	539	0
		ESSENCIAL À JUSTIÇA	5.777	5.521	3.551
		GESTÃO AMBIENTAL	12.132	34.852	53.151
		HABITAÇÃO	18.034	4.905	3.593
		INDÚSTRIA	281	0	2.008
		JUDICIÁRIA	3.032	427	0
		LEGISLATIVA	11.523	23.176	21.224
		ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.682	150	251
		SANEAMENTO	34.974	9.741	22.760
		SAÚDE	98.413	8.839	21.084
		SEGURANÇA PÚBLICA	78.620	29.120	47.232
		TRABALHO	261	44	382
		TRANSPORTE	248.439	138.718	152.552
		URBANISMO	139.445	67.647	86.932
	ESPECIAIS		168.834	82.215	0
		ADMINISTRAÇÃO	4.144	7.389	0
		COMÉRCIO E SERVIÇOS	9.569		
		DESPORTO E LAZER	1.367	17.740	0
		DIREITOS DA CIDADANIA	20.685	6.928	0
		EDUCAÇÃO	9.278	2.674	0
		SANEAMENTO	18.346		
		SAÚDE	46.666	1.364	0
		TRANSPORTE	58.779	46.119	0
TOTAL DE INVESTIMENTOS			3.475.765	2.411.487	2.172.566

Fonte: S2GPR / SMART

1.1.3 Projeções fiscais

Em relação ao Brasil, há uma crise macroeconômica em andamento por conta do forte desequilíbrio fiscal, afetando fortemente a economia nacional, onde, em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou uma queda de 3,8%. Essa queda repercutiu por todos os Estados da Federação, e no Estado do Ceará não foi diferente, pois em 2015 o PIB cearense registrou uma queda de 3,48%, sendo influenciada principalmente pela queda do consumo das famílias, dado pelo aumento do desemprego, que ocasionou uma retração da massa salarial. Soma-se a isso uma forte pressão inflacionária, alto nível da taxa de juros, redução do nível de crédito e o baixo nível de confiança dos empresários que repercute na queda dos investimentos privados. Apesar da crise, o Governo do Ceará vem apresentando equilíbrio nas contas públicas, o que faz com que o Estado venha mantendo um ritmo de investimento considerável, que ameniza os efeitos da crise na economia cearense. O cenário de crise deve-se repetir em 2016, dada as projeções de queda de 3,66% do PIB do Brasil e de queda de 2,0% do PIB do Ceará. Através dessas perspectivas, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE estimou para o período 2017 – 2019, taxas de crescimento do PIB estadual de 1,0% para 2017, 2,0% para 2018, e 2,5% para 2019, todas superiores às taxas previstas de crescimento do PIB nacional.

Considerando estas premissas macroeconômicas, foi projetado, para o período de 2017 a 2019, uma Receita Tributária de R\$ 37,5 bilhões. Deste montante destaca-se o ICMS, principal tributo estadual, com previsão de arrecadação de R\$ 35 bilhões.

Com relação às Transferências Correntes, vale destacar o Fundo de Participação dos Estados – FPE que, ao longo período, espera-se arrecadar um montante de R\$ 16,8 bilhões. Esse valor pode sofrer variações por meio de alterações na legislação ou através da concessão ou retirada de estímulos pelo Governo Federal a determinados setores, ou queda na arrecadação o que requer um acompanhamento maior pelo Estado das medidas adotadas pela União.

No que tange as Operações de Crédito há uma perspectiva de se arrecadar o montante de R\$ 5,9 bilhões até o final de 2019. Desse valor encontram-se recursos dos mais diversos agentes financeiros nacionais como BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, além de agentes internacionais como BID, BIRD e KFW.

Ressalta-se que o cenário macroeconômico atual impactou de forma direta nas perspectivas de arrecadação do tesouro estadual. Dessa forma, com a adoção das políticas fiscal, monetária e creditícia restritivas, as despesas foram organizadas contemplando um incremento gradual da arrecadação estadual.

Assim, procurando manter o equilíbrio financeiro do tesouro estadual foi previsto para as despesas com pessoal (2017 a 2019) um montante de R\$ 35,4 bilhões observando os concursos em andamento, os concursos homologados, a reposição salarial limitada ao valor do IPCA e eventual alteração dos Planos de Cargos e Carreiras.

Já em relação às outras despesas correntes, R\$ 26,6 bilhões foram programados (2017 a 2019) principalmente para manter em funcionamento a máquina pública, os equipamentos disponíveis à sociedade e outros que serão disponibilizados no período como Hospitais, Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, Escolas de Educação Profissional, Delegacias, Restaurantes Universitários, Equipamentos Culturais e de Assistência Social dentre outros, além de contemplar os recursos destinados constitucionalmente aos municípios.

Para o pagamento dos Juros e Amortização das dívidas foi previsto um montante de R\$ 4,8 bilhões em função, principalmente, das operações de crédito anteriormente contratadas que objetivam a realização dos investimentos estruturantes necessários ao Estado.

Tão importante quanto manter os serviços postos a disposição da sociedade cearense em funcionamento é garantir a finalização dos investimentos ainda em execução, bem como expandir, de forma equilibrada e sustentável, a atuação do Estado. Dessa forma, considerando os investimentos e as inversões financeiras, estão previstos de 2017 a 2019 recursos na ordem de R\$ 8,5 bilhões, oriundos das mais variadas fontes de recursos.

Além dos projetos importantes de infraestrutura e logística, o Estado também destinará parte de seus recursos para outras áreas como: saúde, habitação, educação, segurança hídrica e a segurança pública. Assim são previstos investimentos na Construção de Unidades Habitacionais, a Implantação de Cisternas e Sistemas de Abastecimento de Água, a Reforma e Implantação de Hospitais e Escolas e o Aparelhamento e a Modernização da Segurança Pública Estadual. Esses projetos aliados a outras políticas de Enfrentamento às Drogas, de Pacto pelo Ceará Pacífico e de Convivência com a Seca serão norteadores para o desenvolvimento do Estado nos próximos anos.

Diante deste contexto fiscal adverso e das demandas crescentes da população por serviços de qualidade e ainda, da necessidade de realizar investimentos substanciais que alavanquem a economia cearense, torna-se imperativo a modernização do Fisco Estadual a fim de que seus ganhos de eficiência reflitam na sustentabilidade do equilíbrio fiscal no médio e longo prazos.

1.1.4 Avanços e resultados do PROFISCO CE I

O principal resultado alcançado pelo PROFISCO I, com relação à gestão fiscal do Estado do Ceará, foi que as iniciativas adotadas contribuíram direta ou indiretamente para o alcance dos indicadores chaves de efeitos diretos, previstos no projeto, enumerados a seguir: incremento da receita própria e manutenção do nível de endividamento, das despesas correntes e do nível de investimentos dentro dos limites estabelecidos Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF) para 2015.

Os investimentos realizados viabilizaram diversas iniciativas de modernização que convergiram para os resultados acima enumerados. Dentre estas destacam-se: ampliação do uso de tecnologias de gestão pela SEFAZ por meios de ações de cooperação, incremento da arrecadação do ICMS proveniente do segmento de mercado varejista e em decorrência da automação dos Postos Fiscais, redução do tempo médio de espera dos veículos de carga nos Postos Fiscais, redução do tempo de concessão da inscrição cadastral, incremento da liquidez de ativos públicos, incremento do índice de satisfação dos clientes, ampliação da validade jurídica assegurada aos documentos recebidos via Web.

1.1.5 Diagnóstico

Em que pese os esforços de modernização do estado e de contenção do gasto público para a manutenção do equilíbrio fiscal, as dificuldades do contexto macroeconômico sinalizam para a necessidade de novas intervenções na gestão fiscal estadual. Assim, com base em metodologia diagnóstica formulada em cooperação com a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), que permite avaliar a Maturidade e o Desempenho da Gestão Fiscal (MD GEFIS) dos estados, os dirigentes e técnicos do Governo do Estado do Ceará identificaram um conjunto de problemas que poderiam ser objeto de ações de modernização, por área de intervenção, conforme segue:

A. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

A gestão da Secretaria da Fazenda não dispõe de instrumentos ou metodologia definida que permitam a identificação e análise de riscos institucionais e fiscais, que proporcionem tempestivamente a concepção de um plano de mitigação. Paralelamente a isso, têm sido observadas dificuldades operacionais no monitoramento das iniciativas definidas no Planejamento Estratégico da organização, gerando conflitos na priorização de projetos, dificuldades na alocação dos recursos existentes e na mensuração dos resultados alcançados.

No âmbito da gestão de pessoas o processo de lotação dos servidores e dimensionamento da força de trabalho por unidade é falho por não levar em conta a

definição de competências para o desempenho das atividades fazendárias. Além disso, a ausência do mapeamento das competências não permite a indicação de servidores para cargos gerenciais a partir de critérios objetivos e sistematizados. Contribui para as dificuldades na gestão de pessoas o insuficiente investimento em capacitação e gestão do conhecimento.

Destaca-se ainda que a operacionalização das informações referentes à gestão de pessoas se dá por meio de sistemas informatizados distintos cujas bases de dados não são integradas o que dificulta a disponibilização de relatórios gerenciais.

O ambiente de tecnologia da informação alcançou grande complexidade a partir dos investimentos realizados nos últimos anos atingindo novo patamar quantitativo e qualitativo de demandas dos usuários internos e externos. Atualmente, a capacidade de resposta para implementação de novos projetos encontra-se aquém do esperado, gerando atrasos no início de ações prioritárias para a organização. Isto decorre também da deficiência no modelo de Governança Corporativa e de TIC ora adotado, que possui lacunas nas diretrizes para contratação de bens, serviços e terceirização, falhas na gestão de projetos e que não dispõe de metodologia de avaliação da gestão Corporativa e de TIC.

O processo de aquisição de bens e serviços é repleto de formalidades legais que precisam ser observadas. Adicionalmente, as diversas áreas envolvidas criaram controles e procedimentos específicos ao longo do tempo resultando em uma complexa burocracia que resulta em lentidão, retrabalho e informações sobre o fluxo de tramitação inconsistentes.

A comunicação com a sociedade apresenta deficiências relativas à tempestividade e qualidade das informações disponibilizadas. Internamente, estas falhas prejudicam a disseminação da estratégia da organização ocasionando redundância ou desalinhamento de iniciativas. Além disso, as manifestações oriundas da ouvidoria, apesar de terem suas respostas gerenciadas, não são sistematicamente utilizadas para alimentar a estratégia da organização. O Programa de Educação Fiscal, apesar de existir há alguns anos, atua em universo muito restrito não alcançando parcela significativa da sociedade necessitando de renovação da estratégia de atuação para que lhe seja conferida maior capilaridade a fim de cumprir efetivamente sua missão.

B. Administração Tributária e Contencioso Fiscal

Apesar de dispor de base de dados robusta contendo informações em tempo real dos contribuintes, o monitoramento de aspectos objetivos, como o cumprimento ou não de obrigações acessórias, ainda depende de intervenção humana. Além disso, a sistemática de cadastro de contribuintes possui falhas que tornam o processo burocrático e geram inconsistências nas bases de dados, tais como incompatibilidade com os dados da Junta Comercial, limitação de inserção de número de sócios, dentre outras. A plataforma

tecnológica utilizada para o cadastro é bastante antiga o que impede uma modernização substancial do seu sistema informatizado com a inclusão de campos e críticas, inserção de documentos assinados digitalmente e geração de relatórios. Além disso, este atraso tecnológico gera discrepâncias entre as informações constantes nos sistemas da Junta Comercial e da SEFAZ.

A despeito dos investimentos realizados no controle do trânsito de mercadorias, há unidades de fiscalização que contam com infraestrutura precária. Isto ocasiona lentidão no atendimento, desconforto tanto para o usuário externo como para os servidores, terceirizados e policiais, imprecisão na ação fiscal pelo uso de equipamentos de pesagem obsoletos e custos elevados na manutenção de veículos.

O processo de gestão de mercadorias apreendidas possui controles manuais e ineficientes que prejudicam a tomada de decisão para realização de leilões tendo por base o volume apreendido e o prazo de validade das mercadorias. Além disso, a ausência de informações gerenciais tempestivas dificulta o controle de mercadorias quando sob a guarda de fiel depositário.

As atividades de inteligência fiscal perdem em eficiência por não haver capacidade operacional decorrente do uso de ferramentas e sistemas adequados para atuar em maior número de segmentos e contribuintes simultaneamente, implicando também em demoras na conclusão das operações. Esta falta de agilidade do Fisco implica em impactos maiores de operações fraudulentas resultando em danos ao erário e ao equilíbrio do mercado.

O Contencioso Administrativo Tributário não procede ao envio automático de processos para a dívida ativa implicando em um lapso temporal que prejudica a cobrança do crédito tributário. Os controles do sistema da dívida ativa mostram-se ineficientes em dar suporte à recuperação do crédito tributário por perder em tempestividade e não indicar onde uma atuação mais efetiva de cobrança traria maior retorno ao erário.

A estrutura de atendimento ainda possui deficiências relativas ao controle de acesso físico às unidades da SEFAZ dificultando o gerenciamento das demandas dos contribuintes por níveis de atendimento. Isto prejudica a eficiência da equipe e implica em tempo de atendimento maior que o necessário. Além disso, não há o monitoramento do ambiente de atendimento em tempo real de diversas unidades no interior do estado o que impede uma avaliação tempestiva da gerência levando em consideração o fluxo de atendimento e o dimensionamento e eficiência da equipe de atendimento.

Os principais sistemas de gerenciamento das receitas do estado que contemplam a gestão do ICMS, IPVA e ITCD foram desenvolvidos há alguns anos e estão suportados em plataformas obsoletas. Isto implica em grandes dificuldades para se promover qualquer atualização e gerar as informações tempestivamente. Além disso, a obsolescência dos

sistemas informatizados dificulta a definição de ações estratégicas de arrecadação e fiscalização.

C. Administração Financeira e Gasto Público

A administração financeira não dispõe de sistema de projeções econométricas de dados diversos. Essa informação é necessária para uma melhor fundamentação de decisões estratégicas da Gestão Fiscal que devem ter por base o Sistema de Fluxo de Caixa. Também prejudica a precisão do fluxo de caixa o fato de as conciliações não serem automatizadas. Além disso, não há métodos de mensuração ou avaliação dos ativos e dos passivos que possibilitem o reconhecimento dos ganhos e das perdas patrimoniais.

Com relação à principal ferramenta de gestão financeira, o Sistema Governamental de Gestão por Resultados - S2GPR, lançado em 2012, não atende adequadamente às necessidades do Estado, necessitando de aprimoramentos em diversas áreas, como design/usabilidade, geração de relatórios, integração com outros sistemas (Sistema da Dívida Pública, Receita, Sistema de Apoio às Rotinas da Contabilidade - SARC, Sistema de Arrecadação de Tributos Unificado e Repasse - SATURNO, etc), Documentação, Material de Ajuda/Treinamento, Regulamentação, atendimento às exigências de adequações futuras da STN e de Normativos diversos, entre outros.

Isto gera dificuldades em realizar o monitoramento e acompanhamento dos principais indicadores da gestão Fiscal do Estado (LRF, PAF, Análise da Capacidade de Pagamento - Credit Rating, etc) devido à ausência de um sistema integrado de controle dessas informações.

A tomada de decisão sobre a alocação de insumos e a avaliação de resultados não leva em consideração a eficiência na aplicação dos recursos financeiros devido à ausência de um sistema que permita a identificação dos custos envolvidos. Isto prejudica a avaliação da gestão pública, impede a comparação dos custos entre unidades semelhantes e a avaliação dos preços praticados.

1.2. MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA

Para enfrentamento dos problemas descritos a equipe de projeto, com apoio de uma ferramenta construída pelo PROFISCO para apoiar o desenho de projetos, garantindo sua lógica vertical, denominada *Matriz de Problemas, Soluções e Resultados*, selecionou as seguintes propostas de soluções, por área de intervenção:

A. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

Produto 1. Governança consolidada

Para a consolidação da Governança da Secretaria da Fazenda, as iniciativas a serem implementadas têm como foco suprir lacunas no ambiente institucional que fragilizam o processo de tomada de decisão. Diante disso, estão previstas as seguintes soluções para o monitoramento automático dos processos da governança corporativa: o desenvolvimento de sistemática para análise de riscos institucionais e desenvolvimento de plano de mitigação, o desenvolvimento de metodologia e instrumentos para a gestão e automação de processos fazendários, o desenvolvimento de *dashboard* de indicadores institucionais de governabilidade. Como resultado da automação de processos, inclusive se prevê a adequação da estrutura organizacional, Além disso, como necessidade de se fortalecer aspectos de transparência e *accountability*, imprescindíveis a organização do porte e da responsabilidade da Secretaria da Fazenda, o projeto também contempla a implantação de mecanismos de controle interno.

Produto 2. Planejamento monitorado

O foco no monitoramento do Planejamento Estratégico contará com o desenvolvimento de soluções para o monitoramento automático dos resultados do e a automação do processo de gerência de projetos. Com relação ao acompanhamento dos projetos, propõe-se a implementação de ferramentas para avaliação do Retorno sobre Investimentos, estabelecimento de parâmetros de avaliação dos investimentos contemplando as seguintes dimensões: custo, retorno financeiro, otimização de processos, alocação de pessoas, tempo, risco, cenários e prospecção das despesas de custeio a partir dos investimentos realizados.

Produto 3. Gestão de Pessoas otimizada

Os principais pilares que dão suporte às atividades fazendárias são a gestão de pessoas e a gestão de tecnologia. No âmbito da gestão de pessoas, as ações que devem ser desencadeadas visam institucionalizar a gestão por competências de modo a compatibilizar perfis profissionais com as competências necessárias para as atribuições definidas em regulamento. Isto possibilitará a identificação de perfis de liderança e o dimensionamento da força de trabalho por unidades e atividades, levando-se em consideração critérios objetivos. O desenvolvimento dos perfis profissionais também está previsto através de ações de capacitação, inclusive com ações de ensino à distância, a partir das lacunas identificadas na formação dos servidores. Complementarmente, a automação do processo de recursos humanos subsidiará a tomada de decisão a partir

de relatórios gerenciais tempestivos e consistentes que permitirão uma visão geral dos quadros da organização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

Produto 4. Infraestrutura Tecnológica modernizada

A modernização da infraestrutura tecnológica tem estabelecido em seu escopo o fortalecimento dos processos de governança, segurança e gestão de dados tendo dentre seus objetivos a implementação de um plano de continuidade dos negócios de TIC e a sustentação dos processos automatizados. Nesse fortalecimento da governança se inclui o desenvolvimento de instrumento de avaliação da gestão a fim de gerar insumos para correção da estratégia organizacional. A adequação do parque tecnológico se faz necessária considerando-se a prevenção da obsolescência de hardware e software e a consequente descontinuidade de algum serviço ou aplicação. Nesse contexto, também se encontra prevista a auditoria de qualidade de software já que se entende como fator impactante na performance dos softwares desenvolvidos a qualidade do próprio código.

Produto 5. Logística Sustentável implantada

Os conceitos de sustentabilidade e eficiência norteiam as propostas no âmbito do processo de aquisição. Com a automação deste processo, incluindo-se a gestão de estoques e a gestão de contratos, as aquisições seguirão um fluxo formal promovendo o ganho de eficiência, redução do tempo envolvido e retrabalhos. Aliado a isso, concebeu-se a necessidade de implantação de Plano de Logística Sustentável da Sefaz que permitirá estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos institucionais e processos administrativos, zelando, assim, pela qualidade do gasto público e ecoeficiência da Administração Fazendária.

Produto 6. Relação SEFAZ e Sociedade intensificada

O aprimoramento do relacionamento da Secretaria da Fazenda tem como pilar o fortalecimento da comunicação institucional por meio do desenvolvimento de produtos convergentes ao cumprimento da Missão da SEFAZ. A estratégia definida contará com o aperfeiçoamento do processo de comunicação interna e externa, inclusive com o desenvolvimento de aplicativos, redefinição das plataformas de internet e intranet e modernização da infraestrutura de comunicação social da organização. Adicionalmente, estão previstos o aprimoramento de dois canais fundamentais de interação com a sociedade: a Ouvidoria e a Educação Fiscal. Serão desenvolvidas ações de endomarketing do Programa de Educação Fiscal a partir de diagnóstico situacional a fim de redefinir as estratégias de sensibilização, desenvolvimento de campanhas, e fortalecimento de parcerias. A Ouvidoria contará com a descentralização de suas atividades e com novas ferramentas para apresentação de sugestões, elogios, críticas ou

denúncias que permitirão a avaliação do controle social perante as mudanças na estratégia da organização. A Corregedoria será objeto de modernização e otimização de processos a fim de contribuir para a correção de desvios, prevenir a ocorrência de situações inadequadas e fortalecer a confiança da organização.

B. Administração Tributária e Contencioso Fiscal

Produto 1. Política Tributária monitorada

Com o objetivo de proceder o acompanhamento da efetividade da política tributária serão implantadas sistemáticas de automação do processo de monitoramento dos contribuintes, possibilitando a atuação do fisco *pari passu* à ocorrência do fato gerador, permitindo maior possibilidade de recuperação do crédito tributário, além da simplificação das obrigações acessórias e a automação do processo de cobrança. Outro aspecto relevante será o acompanhamento e avaliação dos benefícios fiscais.

Produto 2. Base Cadastral modernizada

O início do relacionamento formal do contribuinte com o ambiente fiscal se dá por meio da sua identificação através do cadastro. Os registros que classificam os contribuintes sob os mais diversos aspectos norteiam a definição de atuação do fisco no cumprimento de sua missão. O desenvolvimento de novo sistema de cadastro proporcionará maior acuracidade das informações.

Produto 3. Tecnologia de Fiscalização e Inteligência modernizada

A eficiência das atividades de fiscalização e inteligência requer o uso de tecnologias que ampliem o universo de atuação sem que seja necessário a alocação maciça de pessoas. No trânsito de mercadorias, a adequação da infraestrutura a partir da aquisição de balanças eletrônicas, cancelas automáticas e fibras óticas proporcionará segurança da informação, ganhos de eficiência e redução de tempo de espera em postos fiscais. O monitoramento de divisas complementar as ações de trânsito de mercadorias. Adicionalmente, o desenvolvimento de sistema informatizado aperfeiçoará a gestão de mercadorias apreendidas. O aprimoramento das ações de inteligência contará com a aquisição de ferramentas que reduzirão o tempo de realização das operações e proporcionarão ampliação do universo de atuação.

Produto 4. Gestão do Contencioso e Dívida Ativa integradas

O processo da dívida ativa, pela sua natureza, já representa um elevado custo para as organizações fazendárias considerando-se a complexidade do processo e os baixos índices de retorno. O novo sistema da dívida ativa visa otimizar os controles e permitir a atuação mais efetiva em créditos que apresentam maior possibilidade de recuperação.

Produto 5. Processo de Atendimento automatizado

O modelo de atendimento mais eficiente deve ter como premissas a menor necessidade de obrigar ao contribuinte realizar deslocamentos físicos, maior concentração de serviços em um portal único com acesso seguro e maior possibilidade de o contribuinte conhecer as informações a seu respeito que estão disponíveis para o Fisco. Assim, será desenvolvida solução de automação do processo de atendimento e pesquisa sistemática para avaliação dos produtos e serviços disponibilizados.

Produto 6. Processo de Cobrança e Arrecadação automatizado

A otimização dos processos de cobrança e arrecadação contará com a revisão de processos e definição dos novos sistemas Receita, IPVA e ITCD além da automação do processo de cobrança e arrecadação de taxas.

C. Administração Financeira e Gasto Público

Produto 1. Planejamento Financeiro aperfeiçoado

A construção de cenários com hipóteses e probabilidades é condição para a eficiência da gestão financeira dado que a dimensão do Estado lhe confere uma inércia que dificulta ajustes eficientes abruptos. Daí a necessidade do desenvolvimento de sistema informatizado de projeções econométricas e de automação do fluxo de caixa.

Produto 2. Conciliação Financeira Automatizada

Os procedimentos de conciliação bancária serão automatizados com o objetivo de se conferir mais confiabilidade a esta rotina, reduzir seu tempo de execução, permitir a tomada de decisão com base em dados tempestivos e reais, tornar o processo de elaboração do Balanço Geral do Estado mais ágil. Isto também deverá proporcionar ganhos efetivos na gestão das contas e aplicações financeiras.

Produto 3. Gestão de Ativos e Passivos implantada

O desenvolvimento do sistema de gestão de ativos e passivos contemplará a gestão de haveres financeiros e mobiliários e a identificação de passivos contingentes.

Produto 4. Sistema de Informações e Gestão Contábil modernizado

Com o objetivo de fortalecer o processo de tomada de decisão e prestação de contas será realizada evolução do S2GPR contemplando o aperfeiçoamento dos processos administrativo-financeiros e contábeis para atendimento às exigências da Secretaria do Tesouro Nacional. isto permitirá o desenvolvimento de painel eletrônico da gestão fiscal, trazendo uma lista de indicadores e metas a serem cumpridas pelo Estado, com seu acompanhamento em tempo real. adicionalmente será realizada unificação dos principais sistemas de informações fiscais, financeiras e gerenciais do Estado do Ceará.

Produto 5. Gestão da Dívida Pública aperfeiçoada

Tendo em vista a relevância da gestão da dívida pública para as finanças estaduais, será desenvolvida ferramenta específica para a definição de cenários levando em consideração variáveis como taxa de juros e de câmbio, e também será promovida a realização de auditoria da dívida pública.

Produto 6. Gestão de Custos implantada

O desenvolvimento de sistema de custos no âmbito da administração pública estadual, garantirá maior precisão na alocação de recursos financeiros, e evidenciará desvios que ferem o princípio da economicidade. Paralelo a isso, serão desenvolvidos sistema de avaliação de bens imóveis e o sistema de gestão patrimonial.

1.3. MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

O Planejamento Estratégico do Estado do Ceará, formalizado pela Lei nº 15.929, de 29 de dezembro de 2015, que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, orienta as escolhas de políticas públicas, e se pauta pelas seguintes premissas: gestão pública por resultados, participação cidadã, promoção do desenvolvimento territorial e intersetorialidade.

Formalmente, as iniciativas da Secretaria da Fazenda estão contempladas no Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados, cujo tema estratégico tem como foco a gestão fiscal. Este eixo tem como resultado temático o equilíbrio fiscal e orçamentário garantido.

O Mapa Estratégico da Secretaria da Fazenda contempla os objetivos estratégicos enumerados a seguir, ficando demonstrado o perfeito alinhamento do PROFISCO II -CE às diretrizes estratégicas estabelecidas nos instrumentos de planejamento vigentes:

1. Aumentar a capacidade de arrecadação e investimento do estado;
2. Expandir a educação fiscal e a cidadania nas relações Fisco – Contribuinte – Sociedade.
3. Alcançar excelência no Atendimento interno e externo.
4. Aperfeiçoar e inovar a gestão das finanças públicas.
5. Fortalecer instrumentos de gestão.
6. Reduzir a informalidade.
7. Intensificar a gestão e monitoração em tempo real da arrecadação, fiscalização e tributação.
8. Intensificar a relação Fisco-Contribuinte-Sociedade
9. Intensificar a gestão e monitoração em tempo real das finanças públicas.
10. Elaborar estudos, projetos e Relatórios.
11. Manter o modelo organizacional focado em resultados e em competências.
12. Modernizar os Processos internos.
13. Implantar o modelo da rede de atendimento.
14. Garantir a infraestrutura corporativa de TIC.
15. Consolidar a segurança Corporativa.
16. Identificar e desenvolver os talentos humanos da SEFAZ
17. Implantar políticas de valorização e reconhecimento do servidor fazendário.
18. Implantar a gestão do conhecimento.
19. Desenvolver Programa de Responsabilidade Socioambiental
20. Melhorar a acessibilidade e as condições físicas de trabalho nas unidades da SEFAZ.
21. Fortalecer a Comissão Setorial e Ética da SEFAZ.

2. PROJETO

2.1. TÍTULO: Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará

2.2. TÍTULO ABREVIADO: PROFISCO II - CE

2.3. MUTUÁRIO: Estado do Ceará

2.4. TIPO OPERAÇÃO: Operação de crédito externo

2.5. PROJETO/OBJETIVO

O objetivo do Projeto é contribuir para a sustentabilidade fiscal e integração dos fiscos por meio do aperfeiçoamento da gestão fazendária, da transparência fiscal, da administração tributária, do contencioso fiscal, da administração financeira e do gasto público, fortalecendo a modernização da gestão fiscal, contábil, financeira e patrimonial.

O programa deve contribuir para: (i) Fortalecer a governança e a transparência fiscal. Melhorar o desempenho fiscal, a gestão dos recursos humanos, de tecnologia e de

materiais e patrimônio, promovendo a transparência e a integração dos fiscos; (ii) Melhorar a administração tributária e a gestão do crédito tributário. Aumentar a eficiência na arrecadação, com simplificação de normas e procedimentos, que favoreçam o cumprimento das obrigações principal e acessória pelos contribuintes; e (iii) Melhorar a administração financeira e a qualidade do gasto público. Aumentar a eficiência no uso dos recursos públicos nas dimensões de investimento e de custeio, permitindo a redução do desperdício de recursos e a disponibilização tempestiva de bens e serviços de qualidade para a sociedade.

2.6. PROJETO/INDICADORES

Os resultados a seguir descritos foram selecionados a partir do quadro de indicadores da MD GEFIS e são consistentes com as soluções propostas para cada uma das três áreas de intervenção do Projeto:

Descrição Indicadores	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Linha de base	Meta
Alcance de metas	Quantidade de metas alcançadas/quantidade de metas pactuadas			
Arrecadação do ICMS	Valor da arrecadação anual do ICMS no ano de término do projeto/valor da arrecadação do ICMS na linha de base			
Equilíbrio na execução orçamentária-financeira	Valor total da despesa executada/valor total da receita realizada			

2.7. PROJETO/COMPONENTES

A. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal - Melhorar o desempenho da governança pública contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados, a mitigação dos riscos fiscais, o fortalecimento dos mecanismos de transparência e a melhoria da prestação de serviços. Composto pelos seguintes produtos: Governança consolidada, Planejamento monitorado, Gestão de Pessoas otimizada, Infraestrutura Tecnológica modernizada, Logística Sustentável implantada e Relação SEFAZ e Sociedade intensificada.

B. Administração Tributária e Contencioso Fiscal - Melhorar o desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias, a redução de tempos para cumprimento das obrigações tributárias, a celeridade na tramitação do processo administrativo fiscal e a recuperação da dívida ativa. Composto pelos seguintes produtos: Política Tributária monitorada, Base Cadastral modernizada, Tecnologia de Fiscalização e Inteligência modernizada, Gestão do Contencioso e Dívida Ativa integradas, Processo de Atendimento automatizado, Processo de Cobrança e Arrecadação automatizado.

C. Administração Financeira e Gasto Público - Melhorar o desempenho da administração contábil e financeira contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento dos investimentos e no planejamento e execução das despesas de custeio, a avaliação da qualidade do gasto público, a apuração de custos e a melhoria da gestão da dívida pública e dos passivos contingentes. Composto pelos seguintes produtos: Planejamento Financeiro aperfeiçoado, Conciliação Financeira automatizada, Gestão de Ativos e Passivos implantada, Sistema de Informações e Gestão Contábil modernizado, Gestão da Dívida Pública aperfeiçoada, Gestão de Custos implantada.

Componente e Produtos	Valor US\$
Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	30.800.000,00
Governança consolidada	974.666,67
Planejamento monitorado	1.021.333,33
Gestão de Pessoas otimizada	2.417.816,67
Infraestrutura Tecnológica modernizada	20.851.910,00
Logística Sustentável implantada	2.912.106,67
Relação SEFAZ e Sociedade intensificada	2.622.166,67
Administração Tributária e Contencioso Fiscal	38.500.000,00
Política Tributária monitorada	1.010.000,00
Base Cadastral modernizada	900.000,00
Tecnologia de Fiscalização e Inteligência modernizada	32.706.666,67
Gestão do Contencioso e Dívida Ativa integradas	1.616.666,67
Processo de Atendimento automatizado	433.333,33
Processo de Cobrança e Arrecadação automatizado	1.833.333,33
Administração Financeira e Gasto Público	7.700.000,00
Planejamento Financeiro aperfeiçoado	466.666,67
Conciliação Financeira automatizada	200.000,00
Gestão de Ativos e Passivos implantada	366.666,67
Sistema de Informações e Gestão Contábil modernizado	4.833.333,33
Gestão da Dívida Pública aperfeiçoada	333.333,33
Gestão de Custos implantada	1.500.000,00
Total Geral	77.000.000,00

2.8. PROJETO/ETAPAS REALIZADAS

Devido à própria natureza do Projeto proposto, este prescinde de ações de desapropriação, reassentamento, serviços de obras ou contratação de pessoal.

2.9. PROJETO/ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

Estadual

2.10. PROJETO/PÚBLICO ALVO

As ações aqui previstas deverão repercutir no conjunto da sociedade do Estado do Ceará elevando sua capacidade em prover os serviços públicos por meio do incremento do nível da receita própria e da melhoria da qualidade dos gastos públicos em bases sustentáveis.

2.11. PROJETO/BENEFICIÁRIO

A padronização de procedimentos, a automação de processos, a simplificação de obrigações acessórias e o aperfeiçoamento do atendimento são iniciativas que

beneficiam os contribuintes na medida em que são desburocratizados os procedimentos Além disso, a disponibilização de serviços via Internet reduz custos com deslocamentos e esperas por atendimento em nossas unidades. Seus representantes, contadores e advogados também deverão ser beneficiados com as novas rotinas estabelecidas reduzindo seus custos operacionais.

Os servidores fazendários também serão beneficiados, seja mediante as ações de desenvolvimento de pessoas, seja mediante a melhoria das condições de trabalho por meio da desburocratização das atividades e do ganho de eficiência.

Por fim, a sociedade será beneficiada considerando-se a maior capacidade do Estado em atender suas expectativas, além de se promover equilíbrio nas relações competitivas de mercado em virtude da atuação mais presente e uniforme do Fisco.

3. FINANCIAMENTO

3.1. FINANCIAMENTO/FONTE

Fontes Externas	Sigla	Moeda	Valor proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência
Banco Interamericano de Desenvolvimento	BID	Dólar Americano	US\$ 70.000.000,00	R\$ 3,00	R\$ 210.000.000,00

3.2. FINANCEIRO/MUTUÁRIO

Nome: Estado do Ceará

Esfera: Estadual

Representante Oficial: Camilo Sobreira de Santana

Endereço da Sede: Av. Barão de Studart, 505 - Aldeota

E-mail Institucional: camilo.santana@ceará.gov.br

Telefone: (85) 3466.4048

Tipo: Administração Direta

3.3. FINANCIAMENTO/INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS

O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Opção selecionada: *Concordo*

4. EXECUÇÃO

4.1. EXECUÇÃO/ARRANJO INSTITUCIONAL

O mutuário da operação será o Governo do Estado do Ceará. O monitoramento e avaliação do processo e dos resultados serão realizados pela unidade de coordenação no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

A experiência e o conhecimento acumulados, as ações de fortalecimento da capacidade institucional da equipe estadual na preparação, execução, monitoramento e avaliação de projetos desenvolvidas no âmbito do PROFISCO serão de fundamental importância para a melhoria do desempenho na execução do PROFISCO II-CE, conforme segue: (i) capacitação continuada nas políticas de aquisições de organismos internacionais e na formulação de termos de referência e elaboração de especificações técnicas, segundo um conjunto de documentos padronizados, dos membros das unidades de coordenação, líderes de projetos, técnicos das áreas de compras, procuradores e técnicos dos órgãos de controle interno e externo; (ii) adequação e credenciamento de sistemas nacionais para prestação de contas (sistemas financeiros), aquisições (compras eletrônicas) e auditoria (órgãos estaduais de controle externo); e, (iii) instalação de escritórios de projeto e processos para gestão de portfólios e monitoramento de metas e indicadores do plano estratégico da SEFAZ-CE.

Ademais, a troca de experiências entre os Estados, através dos grupos vinculados ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em especial a Comissão de Gestão Fazendária - COGEF, permitiu a realização de visitas técnicas para transferência de tecnologias, o compartilhamento e cessão de soluções e o amadurecimento operacional das áreas gerencial e técnica dos órgãos fazendários. Ressalte-se que no caso da SEFAZ-CE a equipe de coordenação do projeto manter-se-á a mesma e muitos líderes de projetos assumirão funções semelhantes para essa nova etapa de modernização, sendo todos servidores públicos concursados do quadro da Secretaria.

A Procuradoria Geral do Estado - PGE, responsável pelas licitações, criou no início do PROFISCO, uma unidade específica para promover as licitações com recursos de

financiamento internacional. Hoje esta unidade está consolidada e com pleno domínio das regras de licitação e contratação com recursos externos.

A SEFAZ- CE tem, por tradição, a prática de desenvolver produtos inovadores. Ao tempo em que esta tradição pode retardar os processos de aquisição, sua implementação traz um grande salto de qualidade o que contribui de forma determinante para a manutenção do equilíbrio fiscal que o Estado vem apresentando nos últimos anos.

A Matriz de Responsabilidade do Projeto anexada descreve as principais competências de cada um dos atores envolvidos na execução do Projeto, por área de intervenção.

4.2. EXECUÇÃO/EXECUTORES

Executor: Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará

Representante Oficial: Carlos Mauro Benevides Filho

Endereço da Sede: Av. Alberto Nepomuceno, 02 – Centro - Fortaleza

CNPJ: 07.954.597/0001-52

UF: CE

4.3. EXECUÇÃO/TÍTULO

Prazo de Execução: 5 anos

4.4. EXECUÇÃO/CRONOGRAMA

US\$ 1,00

Componente e Produtos	Total	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	30.800.000,00	3.080.000,00	7.700.000,00	8.624.000,00	6.776.000,00	4.620.000,00
Governança consolidada	974.666,67	97.466,67	243.666,67	272.906,67	214.426,67	146.200,00
Planejamento monitorado	1.021.333,33	102.133,33	255.333,33	285.973,33	224.693,33	153.200,00
Gestão de Pessoas otimizada	2.417.816,67	241.781,67	604.454,17	676.988,67	531.919,67	362.672,50
Infraestrutura Tecnológica modernizada	20.851.910,00	2.085.191,00	5.212.977,50	5.838.534,80	4.587.420,20	3.127.786,50
Logística Sustentável implantada	2.912.106,67	291.210,67	728.026,67	815.389,87	640.663,47	436.816,00
Relação SEFAZ e Sociedade intensificada	2.622.166,67	262.216,67	655.541,67	734.206,67	576.876,67	393.325,00
Administração Tributária e Contencioso Fiscal	38.500.000,00	3.850.000,00	9.625.000,00	10.780.000,00	8.470.000,00	5.775.000,00
Política Tributária monitorada	1.010.000,00	101.000,00	252.500,00	282.800,00	222.200,00	151.500,00
Base Cadastral modernizada	900.000,00	90.000,00	225.000,00	252.000,00	198.000,00	135.000,00
Tecnologia de Fiscalização e Inteligência modernizada	32.706.666,67	3.270.666,67	8.176.666,67	9.157.866,67	7.195.466,67	4.906.000,00
Gestão do Contencioso e Dívida Ativa integradas	1.616.666,67	161.666,67	404.166,67	452.666,67	355.666,67	242.500,00
Processo de Atendimento automatizado	433.333,33	43.333,33	108.333,33	121.333,33	95.333,33	65.000,00
Processo de Cobrança e Arrecadação automatizado	1.833.333,33	183.333,33	458.333,33	513.333,33	403.333,33	275.000,00
Administração Financeira e Gasto Público	7.700.000,00	770.000,00	1.925.000,00	2.156.000,00	1.694.000,00	1.155.000,00
Planejamento Financeiro aperfeiçoado	466.666,67	46.666,67	116.666,67	130.666,67	102.666,67	70.000,00
Conciliação Financeira automatizada	200.000,00	20.000,00	50.000,00	56.000,00	44.000,00	30.000,00
Gestão de Ativos e Passivos implantada	366.666,67	36.666,67	91.666,67	102.666,67	80.666,67	55.000,00
Sistema de Informações e Gestão Contábil modernizado	4.833.333,33	483.333,33	1.208.333,33	1.353.333,33	1.063.333,33	725.000,00
Gestão da Dívida Pública aperfeiçoada	333.333,33	33.333,33	83.333,33	93.333,33	73.333,33	50.000,00
Gestão de Custos implantada	1.500.000,00	150.000,00	375.000,00	420.000,00	330.000,00	225.000,00
Total Geral	77.000.000,00	7.700.000,00	19.250.000,00	21.560.000,00	16.940.000,00	11.550.000,00

5. RISCOS

Os riscos quanto à execução do Projeto estão no âmbito da governabilidade do Governo do Ceará o que minimiza possíveis externalidades que poderiam gerar impactos negativos sobre a execução do Projeto. As atividades previstas encontram-se harmonizadas com o Plano Estratégico e Plano Plurianual do governo e em consequência com os objetivos, diretrizes, metas e prioridades traçadas.

5.1. EXECUÇÃO/CONTATOS

CPF: 289.585.273-15

Nome: Camilo Sobreira de Santana

Órgão: Governo do Estado do Ceará

Estado: Ceará

Endereço: Av. Barão de Studart, 505 - Aldeota

CEP: 60.220-000

Cargo: Governador do Estado

Telefone: (85) 3466.4048

Celular: (85) 98732.1800

E-mail: camilo.santana@ceará.gov.br

CPF: 153.367.351-91

Nome: Carlos Mauro Benevides Filho

Órgão: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

Estado: Ceará

Endereço: Av. Alberto Nepomuceno, 02 – Centro – Fortaleza - Ce

CEP: 60.055-000

Cargo: Secretário de Estado

Telefone: (85) 3101.9101

Celular: (85) 99997.8383

E-mail mauro.filho@sefaz.ce.gov.br

CPF: 162.977.173-20

Nome: Sandra Maria Olimpio Machado

Órgão: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

Estado: Ceará

Endereço: Av. Alberto Nepomuceno, 02 – Centro – Fortaleza - Ce

CEP: 60.055-000

Cargo: Coordenadora da Administração Fazendária

Telefone: (85) 3101.9102

Celular: (85) 99984.7174

E-mail sandra.machado@sefaz.ce.gov.br

CPF: 367.909.583-04

Nome: Sonia Maria Câmara Sisnando

Órgão: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

Estado: Ceará

Endereço: Av. Alberto Nepomuceno, 02 – Centro – Fortaleza - Ce

CEP: 60.055-000

Cargo: Articuladora de Programa

Telefone: (85) 3101.9113

Celular: (85) 98116.8770

E-mail: sonia.sisnando@sefaz.ce.gov.br